

O BRASIL À LUZ DE JOSÉ BONIFÁCIO

Projetos para o Brasil, de José Bonifácio, organizado por Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 374pp.

Karen Macknow Lisboa

Projetos para o Brasil, primorosa edição de textos de José Bonifácio, quase todos inéditos, é um dos frutos da importante pesquisa sobre a vida

política do Brasil nas primeiras décadas do século XIX desenvolvida pela historiadora Miriam Dolhnikoff. Não é aqui o lugar de apresentá-lo, mas convém mencionar que neste trabalho — e no pouco que dele já foi divulgado — a pesquisadora desanuvia a imagem de um Bonifácio enrijecido na monumental figura de "Patriarca da Independência" ou considerado um pensador politicamente "conservador", por defender sumariamente a monarquia constitucional com voto censitário, mas cujo projeto de reformas econômicas e sociais seria, contradito-

riamente, "liberal". No entender da pesquisadora, as propostas sociais bonifacianas formavam um dos alicerces para a construção da nação, que não poderia ser realizada sem o regime monárquico-constitucional. A contradição residiria muito mais na execução de um sistema parlamentar que Bonifácio, para ser coerente, deveria defender. Para tanto, dependeria de determinados grupos hegemônicos que, no entanto, não almejavam realizar as reformas por ele propostas¹. Bonifácio surge nesse contexto como reformista porque seu projeto propunha mudanças que afetavam aspectos fundamentais da sociedade brasileira: a escravidão, os índios, a relação entre o poder público e o privado, a miscigenação como alavanca civilizatória.

Em 1783, o jovem de 20 anos José Bonifácio de Andrada, filho da segunda família mais rica de Santos, mudou-se para a Metrópole com o intuito de se dedicar à sua formação superior. Graduou-se em direito, filosofia e matemática pela Universidade de Coimbra, ingressando na Academia das Ciências e Letras de Lisboa. Seus interesses pela mineralogia e química seriam contemplados com uma viagem de estudos pela Europa, financiada pelo governo português. Residiu em Paris, a meca das ciências naturais na época, e depois mudou-se para a Alemanha, formando-se em mineralogia na famosa Escola de Minas de Freiberg, perto de Dresden (e provavelmente não Freiburg, como consta na parte introdutória e na sucinta cronologia da edição)². Fez viagens de estudos pela Alemanha, Áustria e Itália. Morou na Suécia e na Dinamarca. Em 1800, aos 37, encontrava-se novamente em Portugal, após uma década no estrangeiro, trazendo em sua bagagem conhecimento científico, experiências e, certamente, uma ampliada visão de mundo. Ao longo dos vinte anos que precederam sua volta ao Brasil, Bonifácio, fazendo jus às suas qualidades intelectuais, ocupou importantes cargos burocráticos e acadêmicos, dedicando-se também à docência na Universidade de Coimbra. Em Lisboa, foi incorporado pelo grupo de ilustrados lusitanos encabeçado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linha-

res, cuja questão central era pensar a reforma e a modernização do império português como saída para a terrível crise econômica que assolava o Reino ("Introdução", p. 15). Somente em meados de 1819, já com 56 anos, Bonifácio voltou à sua terra natal, não mais colônia, e sim reino. Retorno por ele desejado, no momento crucial em que parte da elite portuguesa vislumbrava a realização do império luso-brasileiro, tendo sua sede no rico e promissor Brasil. Bonifácio foi um dos defensores desse projeto. E foi aqui que ingressou na política, ao tornar-se vice-presidente da Junta Provisória da província de São Paulo, ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros e, proclamada a Independência, ministro do Império e Negócios Estrangeiros; por fim, foi deputado da Assembléia.

Durante sua efêmera porém poderosa e invejada carreira no Brasil, viu-se obrigado a abandonar o seu sonho de grande império, em virtude das intenções recolonizadoras das Cortes lusitanas, a partir de 1821. E, apesar de ter sido o articulador da Independência e pessoa-chave nas estratégias políticas para evitar o esfacelamento da unidade territorial do Brasil, não saiu vitorioso na projeção e execução de suas propostas. Sabemos que, ao fim e ao cabo, foi isolado do poder e silenciado; de início, "traído" pelo próprio Pedro I, o que lhe custou, sem julgamento, a cassação e um longo exílio de oito anos; mais tarde, após o retorno do exílio, foi afastado de seu cargo de tutor de Pedro II e acusado de conspiração por Diogo Antônio Feijó, representante mor dos interesses da tradicional oligarquia brasileira e inimigo político de longa data. Vítima de intrigas palacianas — o que se pode acompanhar em seus desabafos registrados na seção "Política"—, Bonifácio pagou caro pelo seu reformismo, que talvez fosse consequência de ter sido um brasileiro que virou reinol mas que, nada mais, nada menos, parafraseando-o, "passou dos Pireneus". Foi crítico para com os portugueses, desvelando o seu "atraso" em face dos centros hegemônicos europeus que tanto conhecia. E obviamente não se furtou de estender essas críticas nitidamente eurocêntricas à realidade brasileira.

Nas páginas dessa cuidadosa edição, acompanham-se, ora nas entrelinhas, ora no próprio texto, as peripécias políticas, intelectuais e afetivas que marcaram a vida desse homem polêmico, formado pela tradição iluminista, extremamente erudito e amante da literatura clássica, cujas inquietações e

(1) Cf. Dolnikoff, Miriam. "O projeto nacional de José Bonifácio". *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, nº 46, novembro de 1996.

(2) Cf. Tarquino de Sousa, Olavo. *História dos fundadores do império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, vol. I: José Bonifácio.

pensamentos iam muito além da mineralogia, sua especialidade. Foi por este amplo universo que Miriam Dolhnikoff se aventurou, ao vasculhar os arquivos do IHGB e do Museu Paulista, onde encontrou um grande número de manuscritos de Bonifácio, em grande parte caóticos, abreviados, tematicamente confusos, sem data. Além de selecionar e transcrever os textos, complementando-os com notas explicativas e traduções, a organizadora teve que optar por uma ordem e intitulá-los (salvo quando o próprio autor o fizera) para emprestar-lhes certa coerência, evitando que sua riqueza se perdesse em meio ao caos. Vale notar que, segundo a organizadora, até o presente os textos publicados do autor eram apenas escritos oficiais. A grande novidade desta edição é que, com exceção dos escritos destinados à discussão na Assembléia Constituinte e da carta ao conde de Funchal — já publicados anteriormente —, todos os demais são anotações pessoais que Bonifácio não queria ver divulgadas. Daí a convicção da organizadora de que esses escritos traduzem uma maior espontaneidade nas idéias bonifacianas, sendo essenciais para ampliar-se a compreensão sobre o seu pensamento político e social.

A ordem pela qual Miriam optou para organizar os textos indica o intuito de evidenciar a visão de Brasil e o projeto de nação de Bonifácio. Iniciam pois a coletânea as seções "Escravidão" e "Índios", com os seus "clássicos" textos para a Assembléia Geral Constituinte, em 1823, acrescidos porém de apontamentos inéditos. Seguem-se as seções "Reformas", "Brasil", "Política", "Economia", "Reflexões sobre literatura, filosofia e religião", "Miscelâneas" e finaliza-se com a seção "Pessoal", em que se configura o Bonifácio viajante, estudioso das letras e dos tratados naturalistas, que reflete sobre sua formação e seu caráter. Isso tudo precedido de uma esclarecedora Introdução, em que a organizadora problematiza algumas questões no esforço de não perpetuar os mitos que pairam em torno de Bonifácio e de trazer à luz o essencial de seu projeto.

Nas primeiras duas seções, "Escravidão" e "Índios" — segundo a historiadora, os assuntos "mais dramáticos" —, perscruta-se o Bonifácio essencialmente reformador, preocupado em combater as profundas mazelas que impediam o avanço do jovem império à "civilização". A questão central era integrar os negros e índios para formar um tecido social homogêneo que possibilitasse a construção

da nação. Fazendo referência ao passado colonial, o autor acusa o "antigo despotismo" de querer que "fôssemos um povo mesclado e heterogêneo, sem nacionalidade, e sem irmandade, para melhor nos escravizar" (p. 47). No entanto, com a Independência, julga uma absoluta contradição a existência de uma Constituição liberal e duradoura num "país continuamente habitado por uma multidão imensa de escravos brutais e inimigos", certamente pensando que as rebeliões poderiam fazer do Brasil um segundo Haiti. Bonifácio não duvida da igualdade humana entre brancos e negros, daí acusar a escravidão como um atentado contra as leis da justiça e da religião. Também não aceita a opinião geral — à la Azeredo Coutinho — de que a escravidão, em síntese, seria uma forma de arrancar os negros de sua "selvagem" vida em um "bárbaro" continente para, via cristianismo e trabalho forçado, civilizá-los. Para ele, isso são opiniões de "homens perversos e insensatos". Com sua lucidez, percebe que o problema é exatamente o inverso. O sistema escravista contaminava todas as relações sociais e era a causa da barbarização da sociedade brasileira: "o luxo e a corrupção nasceram entre nós antes da civilização e da indústria; e qual será a causa principal de um fenômeno tão espantoso? A escravidão, senhores, a escravidão, porque o homem, que conta com os jornais de seus escravos, vive na indolência, e a indolência traz todos os vícios após si" (p. 54). Ao dirigir suas inflamadas palavras diretamente a esses senhores, clamando pelo fim do vergonhoso tráfico, pela paulatina libertação dos escravos e melhora da situação dos cativos, não dispensa argumentos tanto econômicos, mostrando que a escravidão obsta a indústria e não contribui para a produtividade na lavoura, quanto religiosos, querendo neles evocar sentimentos cristãos de arrependimento e de compaixão para com os africanos.

Evidentemente, não é um humanitarismo — como bem adverte Dolhnikoff na Introdução — que está em jogo. Os escravos, quando emancipados, seriam iguais em direitos com os homens livres e "gozariam [...] da liberdade e nobreza de alma", anuncia o autor. Essa igualdade perante a lei, no entanto, tem um objetivo muito claro: formar-se-iam "cidadãos úteis, ativos e morigerados" — e é essa a questão — em função da própria camada dominante. "Eles nos servirão com fidelidade e amor; de inimigos se tornarão nossos amigos e clientes"

(p. 64). Apesar de suas propostas estarem voltadas, portanto, à manutenção da camada senhorial no poder, são rejeitadas. A história nos mostra o quanto essa elite resistia às mudanças, apesar das pressões inglesas (certamente muito mais efetivas do que as palavras de Bonifácio) em torno da proibição do tráfico e do início do processo abolicionista. Além disso, previa Bonifácio que, enquanto existisse a escravidão, uma legislação rígida teria que mediar a relação escravo/senhor, impondo-se, assim, a presença do Estado — cumprindo sua função reguladora — na esfera privada, espaço até então de exclusivo domínio senhorial. É óbvio que Bonifácio estava dando murros em ponta de faca.

Para esse ideólogo do moderno Estado-nação, o repto maior, sem dúvida, era acabar com "tanta heterogeneidade física e civil" e cuidar em combinar "sabidamente tantos elementos discordes e contrários, e em *amalgamar* tantos metais diversos, para que saia um *todo* homogêneo e compacto, que não se esfale ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política" (pp. 48-49). Daí a necessidade de mesclar as "raças". Em várias passagens faz alusão ao ganho que se teria por meio da mistura: "O mulato deve ser a raça mais ativa e empreendedora; pois reúne a vivacidade impetuosa e a robustez do negro com a mobilidade e sensibilidade do europeu" (p. 126). Sugere também a mistura de negros com índias, para se ter "gente ativa e robusta", ao herdar "do pai a energia, e da mãe a doçura e bom temperamento" (p. 156). Bonifácio talvez seja o primeiro brasileiro a pensar no processo civilizador (um sinônimo para europeização) da sociedade brasileira por meio da miscigenação, aplainando o terreno para a construção do mito da democracia racial como traço característico de nossa identidade. Eis uma questão incômoda para as elites que se viam e queriam "brancas", a qual, algumas décadas depois, veio a ocupar debates raciais e racistas, conduzidos sobretudo no IHGB e no Parlamento.

Homogeneizar a sociedade também implicava "civilizar" os índios. Para tanto, Bonifácio lança mão do conceito rousseauiano da "perfectibilidade", um predicativo dos seres humanos. Essa questão é fundamental, considerando-se o debate coetâneo sobre as diferentes raças. É bom lembrar que no início do Oitocentos a questão da humanidade ou não dos índios ainda estava em pauta, na continuação das polêmicas setecentistas em torno das teses da debilidade da natureza e do habitante

autóctone americano, articuladas pelos pensadores da Ilustração, sobretudo Buffon, De Pauw e Raynal. No início do século XIX, enquanto um razoável número de naturalistas, com formação intelectual semelhante à de Bonifácio, visita o Brasil e, após breves observações, relega os índios ao contraditório segmento da "semi-humanidade" ou ao fantasioso gênero intermediário dos símios e humanos, o nosso autor não duvida de sua perfectibilidade e, portanto, de sua humanidade, contrariando, também, grande parte dos portugueses, conforme ele mesmo comenta (p. 97).

A questão de reconhecer a humanidade dos índios, sobretudo dos "bravos" (ou seja, aqueles que, conforme as categorias utilizadas no início do Oitocentos, ainda não haviam sido aldeados e contra os quais as autoridades governamentais travavam guerras), era decisiva para se definir a própria política indigenista *tout court*: integração ou extermínio³. Seria, no entanto, um anacronismo esperar que Bonifácio — homem da Ilustração — enxergasse os índios como um "outro" diferente, dotado de cultura, que vive em sociedade, com regras, escolhas, vontades, crenças, desejos etc. Para ele, o índio era um "homem primitivo", portanto no início da escalada do caminho inexorável para a civilização, nem bom nem mau, um "autômato" cujas "molas" poderiam ser postas em ação pelo "exemplo, educação, e benefícios". Caberia pois ao Estado levar a educação social e religiosa aos índios, por meio da qual seriam "convertidos" à civilização, deixando paulatinamente o seu estado de "barbárie" (p. 96).

Sabe-se que o projeto apresentado por Bonifácio foi aprovado, porém não incorporado à Carta Magna em virtude do golpe de Pedro I e da Constituição outorgada em 1824, que sequer mencionava os índios. Na prática, de 1798, com a revogação do Diretório Pombalino, até 1845, com a aprovação do "Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos índios", verificava-se um certo vazio na legislação indigenista, sem diretrizes seguras, o que permitiu que os diretórios pombalinos atuassem oficiosamente⁴. Embora Bonifácio

(3) Carneiro da Cunha, Manuela (org.). "Prólogo". *Legislação indigenista no século XIX: Uma compilação, 1808-1889*. São Paulo: Edusp/Comissão Pró-índio de São Paulo, 1992.

(4) Ibidem.

representasse, em essência, a Ilustração pombalina, foi crítico quanto à prática dos diretórios, pois, por mais bem que fossem executados, "nunca os índios poderiam sair da sua perpétua menoridade, obediência fradesca, ignorância, e vileza" (pp. 97-100).

Se antes defende as missões para "civilizar" os índios e, depois, cogita na possibilidade de fazê-lo por meio do sistema de aliança e comércio, adotando-se, para a catequização, o sistema dos padres morávios, o fundamental é tirar os índios do seu isolamento, fazer com que adotem "nossos costumes, e sociedade" (p. 144) e transformem-se em braços trabalhadores. Reiterando o objetivo de aplacar a perniciosa heterogeneidade social, o autor sugere misturá-los mediante casamentos mistos de "brancos e de cor com índias para que os mestiços nascidos tenham menos horror à vida agrícola, e industrial" (p. 123), ensinar-lhes o português, "de modo que a nossa língua venha a ser geral" (p. 123), e dar-lhes terras para fazerem suas roças — terras da Coroa, ou das "vastas sesmarias não aproveitadas, ou não demarcadas e confirmadas" (p. 129), pisando aí num outro calo das elites de nossa longa duração: a reforma agrária.

Esse assunto Bonifácio desenvolve em "Apointamentos sobre as sesmarias do Brasil". Por meio de uma legislação muito clara e coerente, visa acabar com a improdutividade de terras particulares, remediar o mau uso, inclusive ambiental, e as formas arcaicas de cultivo, superar a distribuição injusta da propriedade. Não é difícil imaginar a resistência que os proprietários de terra viriam a exercer para obstar qualquer uma dessas propostas.

Bonifácio está com o olhar voltado ao Velho Mundo: o Brasil ainda seria um "vazio" que está começando a "civilizar-se", e para tanto deve acolher todos os estrangeiros que lhe possam "servir de mestres nos ramos da instrução, e economia pública" e "*deve não querer ser original, mas imitador por ora, apropriando-se das outras nações o que convém melhor à sua situação política, e física*" (p. 173, grifo meu). Obviamente isso não bastaria para preencher o "vazio" e garantir o sucesso do projeto civilizador e da construção da nação, como se verifica na riquíssima seção "Reformas". Nela estão compilados textos, alguns mais detalhistas, outros mais genéricos, em que o autor faz sólidas propostas ou contundentes críticas quanto à conservação do Estado, aos problemas da terra e

da agricultura, ao comércio, à imigração, à exploração dos sertões, às práticas para propiciar a miscigenação, à integração dos índios aldeados, à organização de uma "colônia de pretos", à metodologia para fazer-se um levantamento do estado político da nação. Faz ele, por exemplo, uma crítica feroz ao cultivo da cana-de-açúcar. Razões ambientais ("tem devastado as belas matas"), econômicas ("tem abandonado ou diminuído a cultura do milho e feijão, e a criação dos porcos; e estes gêneros têm encarecido: assim como a cultura de trigo, e a de algodão e azeites de mamona"), sociais ("tem introduzido muita escravatura, que [...] corrompe os costumes e caridade cristã" e "faz mais preguiçosos os mestiços e mulatos) e "morais" (tais os males da "feitura de cachaça [...] ao moral e físico dos moradores do campo"), entre outras, justificam que ela seja "prejudicial aos povos" (p. 181). Ou então, para mencionar outro exemplo, Bonifácio enumera as necessidades básicas para o "aumento do Império": estabelecer manufaturas no interior; assentar colônias de europeus, chineses, malaios; aumentar o cultivo de cereais, arroz, milho, feijão; descobrir e trabalhar regularmente as minas; formar uma flotilha; "civilizar os índios"; "cuidar da sorte dos escravos"; "reformular o sistema de capitães-mores, milícias, tropas de linha, magistrados"; "introduzir polícia ativa contra os vadios"; "ter clero sábio e bem morigerado; cuidar da educação jurídica e científica" (pp. 173-174).

Igualmente, os vícios e os defeitos de portugueses e brasileiros, que critica com tanta argúcia na carta ao conde de Funchal, tinham que ser superados: "Que educação física e científica tem o nosso povo, principalmente no Brasil? A honra era uma quimera, o saber um traste inútil, quando não perigoso, o trabalho ativo inútil ou desnecessário, a virtude sonho de cabeças esquentadas." Na corte no Rio, os portugueses, em cardumes, gritavam "dinheiro, título e roliços heróis"; os estadistas queriam renda no erário e novos impostos, os "sabujos da Coroa" representavam a ignorância e superstição e os "sátrapas", "submissão passiva." Apesar do "quadro feio" àquelas alturas, em 1813, Bonifácio era ainda um otimista: "nunca perdemos a esperança de um futuro melhor" (pp. 168-169). Alhures, pois, reitera a sua preocupação com a educação, fundamental para a realização de seus objetivos: "Para evitar revoluções, e melhorar progressivamente os governos, cumpre que as diversas classes da nação

se instruem e se moralizam em razão inversa desde a nobreza até a plebe" (p. 175), deixando entrever que mesmo à classe mais abastada faltava instrução de todo tipo.

Mas isso tudo não saiu do papel. Na seção "Brasil" revela-se o que este homem da Ilustração pensava sobre os "brasileiros", para quem, afinal, estariam destinados os seus projetos. Entre as várias observações que tece — e que mereceriam um comentário mais profundo —, é importante notar a de que as características dos habitantes não estariam vinculadas à "raça" e/ou exclusivamente a um determinismo geográfico, e sim ao estado em que se encontrava a sociedade. Vaidade, orgulho, imaginação, preguiça, oportunismo, falsidade, dissimulação, curiosidade, inquietação, lascívia, volúpia, infantilidade seriam aspectos do "caráter brasileiro" abrigados numa sociedade sem "honra" e "vergonha", que não educa os seus habitantes "para a virtude", em que não há "lei que destrua pela raiz a indolência causada pela escravidão, ignorância, superstição, e fertilidade", em que "tudo se rege por caprichos, ou por leis de povo diferente em clima, e costumes", em que as "ciências e boas letras estão por terra", em que alguns folgiam de ser padres, rábulas, escrivães por serem "modos de vida" que não exigem "trabalho aturado, e de boa conduta" (pp. 183-189).

O alarmante quadro que é rascunhado na seção "Brasil" reforça-se nos textos reunidos em "Política". Esta seção é reveladora contribuição tanto para se acompanhar os complexos acontecimentos da Independência e os dramáticos episódios políticos que atingiram Bonifácio e seus irmãos, como para constatar-se que a nossa vida política continua, em parte, padecendo dos mesmos males.

A maioria dos apontamentos foi escrita no exílio. Transpiram eles mágoa e ressentimento misturados a duras críticas ao imperador e à classe política da nação. A dissolução da Assembléia por D. Pedro, em 1823, é assunto recorrente. Seu fechamento, "mais que um crime, foi um erro palmar", avalia Bonifácio (p. 212). A "deportação violenta e prolongada de seus mais dignos deputados, o modo de apresentar uma nova Constituição, os seus defeitos e vistas ocultas, a demora da abertura das novas Câmaras, tudo isso junto às perseguições e despotismos diários tem desorientado a opinião pública, apartado do governo a confiança, e destruído a popularidade do chefe" (p. 219). O autor

comenta as intrigas dos áulicos, pés-de-chumbo (portugueses), corcundas (absolutistas) e democratas para afastar os Andradas, "que o povo apelidava os Pais da Pátria à vista mesmo do imperador" (p. 212). Seguro de ser o único verdadeiro monarquista constitucional, confessa ter-se iludido com D. Pedro I. Acreditava que o monarca seria o homem indicado para efetuar as reformas políticas que a eles "convinham" e que firmaria o governo (p. 215) — no entanto, "com meiguices pífidas, com uma obediência afetada pôde Pedro enganar-me" (p. 205), reconhece o político deportado. E que lhe faltaram meios para "comprar" os opositores, pois "sem dinheiro nada pode a política", desmascarando assim qualquer ingenuidade. Faz críticas a um governo que escolhe "homens sem educação, sem nobreza social", aos quais ainda distribui títulos e "fitas", fazendo referência à troca de favores e a falsas aristocracias (p. 225). Bonifácio sabia que a "nau do Estado" boiava "sem direção", que tudo era "desordem, desconfiança, e despotismo" (p. 213). E que o próprio Pedro corria risco de não se manter no poder, o que se provou alguns anos depois. Mas também Bonifácio foi derrotado e, prevendo uma "catástrofe", lamenta: "O Brasil agora é feito para a democracia, ou para o despotismo — errei em dar-lhe uma monarquia constitucional. Onde está a aristocracia rica e instruída? Onde está um corpo de magistratura honrado e independente? E que pode um clero imoral e ignorante, sem crédito e sem riqueza? Que resta pois? Uma democracia sem experiência, desunida, corrompida e egoísta; ou uma realza sem confiança e sem prudência?" (pp. 256-257).

Na seção "Economia", reencontramos o Bonifácio reformador, que cobra, em última instância, do governo uma política econômica orientada para a satisfação do bem-estar da população, que repousaria, fundamentalmente, no trabalho no campo. "O governo pode muito sobre as plantas, pode tudo sobre os homens", diz, aludindo à importância da agricultura, "a alma da produção e a produção o alimento da sociedade" (pp. 260-261). Dela derivam outros setores, como o das manufaturas, que também precisam de apoio, "mas deve-se ter cuidado em não terem o primeiro grau na intenção do governo". O essencial é a labuta do lavrador, cuja produtividade depende de uma "proteção contínua", pois seu trabalho estaria exposto a "mil inconvenientes", como epidemias, "velharia das gentes,

dos amos etc.", fazendo referência às complicadas relações sociais no campo. Além de estar preocupado com a necessidade de se controlar as finanças do governo, a forma de arrecadação e a criação de um sistema fiscal e tributário, almeja uma maior distribuição e circulação de riqueza no país: "O governo deve cuidar em remergulhar o dinheiro nas classes baixas" (p. 266) — débito que este nunca saldou nesses quase duzentos anos que nos separam das incisivas exigências de Bonifácio.

Enfim, nas seções "Reflexões sobre a literatura, filosofia e religião", "Miscelânea" e "Pessoal" evidencia-se a figura do Bonifácio erudito. Impossível, nesse pouco espaço, fazer jus à versatilidade de assuntos tratados pelo autor. Dignas de nota são sem dúvida as reflexões que faz sobre a literatura lusitana. Questiona o mimetismo que assola vários literatos e, assumindo que Portugal é uma "nação à parte" (fazendo alusão ao seu atraso cultural e à sua posição "periférica" em relação ao resto da Europa, assunto ainda em pauta entre os portugueses), sugere originalidade nas produções artísticas: das "macacadas pueris" seria melhor envergonhar-se (p. 273). A semelhança com o debate entre os literatos e críticos literários brasileiros que se trava ao longo do século XIX, não parece ser mera coincidência. O estudioso das letras também se arrisca a fazer mesmo uma pequena história crítica da literatura ibérica. E acharia interessante que se fizesse uma obra mais sistematizada "para mostrar o como e por que os portugueses de uma bela linguagem e estilo castiço desceram a uma pobreza de engenho, e a uma servil imitação de frases e idéias francesas"; embora ache difícil identificar o início "desta degradação", tem lá suas hipóteses (p. 297). Degradação à qual também faz menção no texto sobre a não-prosperidade das ciências naturais em Portugal. Como bom maçom e "ilustrado", não podia deixar de fazer críticas à religião e, acima de tudo, ao clero, à Igreja e ao excesso de "invenções morais" (p. 320), como se lê na subseção "Religião". O catolicismo estaria vinculado à ignorância e ao obscurantismo. Somente quando "as luzes começam a raiar em qualquer povo, então enfraquece a religião", e aos homens, desconfiados, tudo parecem ser "patranhas". Também seria o catolicismo mais conveniente a um "governo despótico, que a um constitucional". Além disso, no caso do Brasil, uma "religião que convida à vadiagem e faz do celibato uma virtude é

uma planta venenosa" (p. 322), repreensão que Bonifácio não se cansa de fazer e pela qual certamente angariou muitos desafetos.

Entre os textos "avulsos" há deliciosos aforismos, pequenas iguarias desse tão vasto pensamento bonifaciano: "Que de coisas há no mundo, que não estão nos livros; mas que de coisas nos livros, que se não acham no mundo!" (p. 303). Sobre tudo na subseção "Filosofia", como: "Morrer e ressuscitar com a lembrança da antiga existência é *dormir*. porém morrer e ressuscitar sem esta lembrança é *nascer talvez*" (p. 48). Ou: "Bom vinho, bom café e bons licores são tão úteis para o corpo como boa filosofia para a alma" (p. 314). Ou, ainda, o que escreve sobre as mulheres. Apesar do verniz machista que reluz em muitas das suas reflexões sobre o sexo feminino, não deixa de ser, como sempre, polêmico: "por que motivo as mulheres devem obedecer a leis feitas sem sua participação e consentimento?" (p. 327).

Não há dúvida de que *Projetos para o Brasil* é uma importante contribuição para se compreender a nossa história ao retratar o papel fundamental do invejado "colosso" Bonifácio — alcinha que lhe foi conferida, com propriedade, por um de seus muitos inimigos políticos — na articulação da Independência, na construção de um Estado nacional e na conquista de um "império brasílico", evitando o seu esfacelamento territorial e combatendo a ameaça republicana. Além disso, *Projetos para o Brasil* é o depoimento de uma testemunha que minuciosamente detectou os elementos empedernidos em nossa sociedade, aos quais justamente queria dar uma solução: a confusão entre o poder público e o privado, a falta de educação básica para todos, a ociosidade da terra e sua má distribuição, a degradação ambiental, a concentração de renda e, sobretudo, a ausência de um Estado e de uma classe política "esclarecida" que realmente estivessem empenhados em criar mecanismos para a formação da cidadania e o fim da exclusão social.

É óbvio que Bonifácio, por ter sido um homem da Ilustração e ideologicamente preso ao modelo da "civilização", não podia enxergar que o seu obstinado projeto de homogeneização e europeização, por meio da mistura racial, para construir a nação implicava a aniquilação da diversidade cultural. No entanto, não foi essa "limitação" que o derrotou, e sim o fato de ele não ter podido contar com uma "elite cidadã" que apoiasse, em suma, a

"modernização" do país. E igualmente não foi essa "limitação" que lhe roubou a argúcia para analisar o mundo em que vivia. Os elementos que detectou são da nossa "longa duração". Há razão aí para concordar com a irônica profecia de Bonifácio: "Ler-me-ão até o fim do mundo, se esta obrinha lá

chegar" (p. 367). Graças ao trabalho de Miriam Dolhnikoff, mais uma parte dela já está ao nosso alcance.

Karen Macknow Lisboa é doutoranda do Departamento de História da FFLCH-USP.